

## **Volta para a Terra Ancestral: Identidade e Diáspora entre os Kaiabi do Mato Grosso.**

GUSTAVO DOS SANTOS TELES\*

Este artigo tem por finalidade analisar o processo de desterritorialização e reterritorialização que envolve os Kaiabi do Rio dos Peixes, que habitam a Terra Indígena do Batelão e os Kaiabi do Xingu (transferidos forçadamente de seu território ancestral) como um processo que atua na construção de uma identidade, relacional ao seu território de origem, ou seja, a ligação entre os Kaiabi do Xingu com os do Rio dos Peixes está intimamente relacionada ao seu território. A utilização de conceitos tais como identidade, diáspora, desterritorialização e território estão presentes a discussão, se destaca o conceito de território que para o povo Kaiabi possui íntima relação com a instituição social da guerra.

Os processos de contatos interétnicos imprimiram ao povo Kaiabi características que refletem o modelo de exploração econômica estabelecida na região de seu território tradicional, esses processos vão delinear relações conflituosas, capazes de alterar sua percepção do território e organização social. Para tal propósito, torna-se importante apresentarmos uma caracterização de alguns aspectos etnográficos desse povo.

Os Kaiabi, índios do tronco lingüístico Tupi da família Tupi-Guarani ocupavam<sup>1</sup>, segundo Heloisa Pagliaro (2002) “do início do século XIX, pelo menos, até meados do século XX” a região do Alto do Teles Pires desde a “confluência do Rio Verde até alguns quilômetros acima do rio Peixoto de Azevedo, e parte da bacia do rio dos Peixes, afluente da margem direita do rio Arinos” no estado do Mato Grosso. A população Kaiabi que vive em terras indígenas está estimada em mais de 1889 pessoas<sup>1</sup>, no que se refere ao número de indivíduos que habitam em outras localidades não se tem precisão.

Os aspectos econômicos e da organização social Kaiabi situam o indivíduo em uma sociedade fechada, em que quase todo o habitante tem relações de parentesco com outro, toda atividade econômica abrange também uma atividade social (Grünberg, 2004). A economia Kaiabi baseia-se no cultivo de tubérculos e em uma coleta diversificada, tendo a manutenção de animais silvestres não domesticados, papel pouco

---

<sup>1</sup>FUNASA, 2009.

significativo. Definido o terreno para a roça, e o formato retangular, juntamente com o tamanho, que vai depender do número de membros da família e da qualidade da terra, é chegada a hora do plantio Grünberg detalha esse momento:

“Em seguida as árvores são derrubadas à altura do peito com o machado, trabalho que deve ser encerado em julho, para que a roça seque nos meses subsequentes de seca. No começo da estação chuvosa, em fins de setembro ou começo de outubro, costuma soprar um vento forte por vários dias, sinal para o início da queimada. Os trabalhos de queimada são difíceis e perigosos. Ferimentos devido à queda de galhos e queimaduras são frequentes. Antigamente os Kaiabi utilizavam o machado de pedra no lugar de facão e foice. Fim de setembro e início de outubro é tempo de plantio, para o que os Kaiabi se servem da enxada; em raros casos também usam um pedaço de pau com ponta aguçada que antigamente era o único instrumento de plantio” (2004; 90).

Os meses de setembro e outubro encenam o momento do plantio, mandioca, milho, inhame, batata, feijão, amendoim, tajá, mangarito, banana, são alguns dos vegetais plantados em maiores quantidades. Outras espécies como abacaxi, pimenta, urucu, cabaças, algodão, tabaco, caju, cana de açúcar, mamão, este último introduzido na alimentação Kaiabi por Dornstauder após 1955 (Grünberg, 2004), são cultivadas em roças nas proximidades das roças maiores e das casas.

A produção alimentar primária caça e pesca fornece, segundo Grünberg (2004), aproximadamente um terço das calorias da produção total, e tendo em vista a obtenção de prestígio, a obtenção da caça, assim como a guerra estão em primeiro lugar na escala de valores, o “Kaiabi é, antes de tudo, um caçador” (2004; 92). O contato com seringueiros ampliou a utilização do anzol e da linha de náilon, técnicas desconhecidas da realidade Kaiabi. A construção de armadilhas e a utilização de peneiras para se pegar peixes pequenos eram técnicas rotineiras de obtenção de alimento, com o contato com o anzol e a linha de náilon ocorreu um aumento na produção, pescar nos rios fundos na estação chuvosa passou a ser possível devido à utilização desses equipamentos.

Frutas silvestres fazem parte da dieta normal Kaiabi, se durante um caçada é encontrada um árvore repleta de frutos, a árvore é derrubada e são apanhados os frutos maduros com ajuda cestos. A castanha-do-pará é o fruto economicamente mais importante, as castanheiras nunca são derrubadas, as castanhas são armazenadas e constituem importante fonte de proteína durante períodos de escassez. O mel “é a única

substância doce colhida pelos Kaiabi, sendo extraordinariamente apreciado” (Grünberg, 2004; 99).

Simone Athayde ressalta as alterações e percepções por parte dos Kaiabi transferidos para o Parque Indígena do Xingu em relação à obtenção de alimento:

“According to the Kaiabi, in their ancestral land at Rio dos Peixes and Batelão Rivers, there was more availability of black earth forests, and good soils for agriculture. They recognize plant species that are indicators of black earth forests, and they say that normally they find black earth spots when they are hunting, because there is also greater animal diversity in these sites, theoretically associated with greater fruit availability.” (2008; 122).

A experiência de contato com o mundo ocidental alterou, não somente as percepções da parcela da população Kaiabi transferida para o Xingu, mas foi a partir do contato com brasileiros que a galinha, peru e o porco passaram a ser considerados comestíveis, sob determinadas situações. Contudo a caça de animais pode assumir outros significados, “como a prova de coragem pessoal e para conquistar prestígio, os homens mais jovens caçam os grandes felinos: Onça pintada: yawa´pinim; Onça preta: yawarum; Onça parda: yawapiran e Jaguatirica: mirakayat.” (Grünberg, 2004; 95). Algumas presas desses felinos eram consideradas troféus de caça, ossos tubulares podem ser usados na confecção de flautas, dentes de macacos usados em colares e dentes de cutia transformados em lâminas. Em maioria, esse material proveniente da caça, aparece em objetos cotidianos e utensílios de utilização doméstica.

O povo Kaiabi desenvolveu diferentes mecanismos de adaptação para lidar com as restrições ambientais impostas com a transferência para o Xingu, Simone Athayde enuncia 6 (seis) mecanismos de adaptação:

“The Kaiabi have developed different at least 6 adaptation mechanisms to deal with the environmental constraints faced at Xingu after the transfer: 1) There is knowledge innovation or creation, through which ecological zones are identified and named, as well as new plant and animal species may begin to be used and named; 2) There has been a process of conscious protection, multiplication and development of new crop varieties by the Xingu Kaiabi, enhanced by a community-based project (Project Monowi); 3) The substitution of strategic resources by others of similar quality, such as “arumã” and “siriva”; 4) Travelling to ancestral land or to other areas to collect strategic resources (such as bamboos for arrows and Brazil nut); 5) The exchange of crop varieties or saplings of strategic resources between the

three groups; 6) Development of management practices for specific resources, through institutional support and collaboration between western and traditional knowledge. All of these mechanisms combined have conferred 130 ecological resilience to the Xingu Kaiabi.” (2008; 131).

A organização social Kaiabi obedece a uma dinâmica freqüentemente observada entre povos de floresta tropical, roçar e plantar, caçar, fabricação de utensílios, construção de canoas, arquitetura e trabalho de trançado. A “busca e o transporte de lenha, fazer fogo, a coleta do mel e, finalmente, elaboração de enfeites e a lavagem de roupas adquiridas dos brasileiros – estas são atividades dos homens” (Grünberg, 2004; 161). Para as mulheres a colheita, o transporte de produtos da roça, a preparação de alimentos, o fiar do algodão e as técnicas de confecção de cerâmica constituem uma parcela de seu universo de atividades. Ocupar-se de crianças pequenas e animais de estimação é um dos passatempos prediletos dos homens e mulheres, não existe entre os Kaiabi uma definição rígida dos papéis representados por homens e mulheres, é comum o acordo entre ambos, para definir quem carrega cestos e alimentos e quem leva os filhos pequenos. O trabalho é considerado uma virtude, o que não exclui as pessoas de idade mais avançada de trabalhar menos que os outros.

Para os Kaiabi a guerra é uma das instituições sociais mais importantes de sua vida social e religiosa já que segundo Grünberg (2004; 177) é a guerra que: “1) dá oportunidade aos homens de conquistar prestígio, o que é pré-requisito para a fundação de uma nova maloca e encontra sua expressão num novo nome; 2) porque os crânios-troféus apreendidos na guerra possibilitam em sua verdadeira forma o *Yawotsi*, complexa festa religiosa em que religião e sociedade se interpenetram”. É nesse espaço simbólico que o homem que mata um indivíduo deve retirar pele e a carne da cabeça do inimigo morto, pois somente o crânio é levado para a maloca.

No decorrer do ritual os crânios são enfeitados com fios de algodão e carregados nos ombros pelos homens, mais tarde, quando partem o crânio em pedaços pequenos, são distribuídos primeiro aos homens e depois às mulheres. Jogado fora esses pedaços, com os dentes do inimigo são confeccionados colares e quem matou o inimigo recebe novo nome: *Yupari'up*.

Relatos de batalhas entre os Kaiabi e outras etnias cujos territórios eram vizinhos, como os *Munduruku*, *Bakairi*, *Rikbaktsa*, *Tapayuna* segundo Silva (2009),

eram freqüentes. A instituição social da guerra tem íntima ligação com a noção de território para os Kaiabi, as batalhas entre outras etnias atuam diretamente na percepção de seu território, ou seja, a formato de seu território tradicional refletia as batalhas com índios vizinhos. As noções de guerra e território não podem ser pensadas separadamente, o conceito de território segundo Silva:

“sugere a apropriação de um espaço e não a posse privada de uma terra; sugere também o elo com uma história, que por vezes remonta-se a tempos míticos, à ancestralidade mítica e à ancestralidade biológica. O espaço ocupado pelo território indígena leva a marca da ocupação simbólica e da ocupação voltada para a sobrevivência econômica, política, cultural” (2006; 2).

O território tradicional Kaiabi atua como espaço de reprodução simbólica, um espaço onde a memória e a identidade se conectam, experimentamos o mundo e lhe conferimos significado. O resultado dessa reprodução é constatação de que as alterações do território, sofridas ao longo de mais de dois séculos de contato com o ocidente, são partes constituintes de uma identidade étnica relacional ao seu território.

A relação do povo Kaiabi com seu território tradicional foi sendo alterada desde o início da colonização e exploração econômica no estado do Mato Grosso especificamente na região do vale do Teles Pires, rio Arinos e rio dos Peixes. Na década de 1960 a iniciativa dos irmãos Villas Bôas, da igreja e do estado, justificada pelos problemas vividos com os seringueiros, que segundo Silva (2009) acarretariam a perda das terras, “levar os Kaiabi ao Xingu parecia à melhor solução, mas aparentemente não aventaram a hipótese de oficializar” suas terras junto aos órgãos competentes. Segundo a antropóloga Joana A. Fernandes Silva (2009):

“Os Kaiabi foram transferidos em virtude do loteamento de seu território, da venda de suas terras a particulares, no final da década de 1950. A colonização dos chamados ‘vazios territoriais’, no bojo do governo Getúlio Vargas, como continuação da Marcha para o Oeste, atingiu essa região de Mato Grosso e foi comum a transferência de povos atingidos, sem a preocupação de garantir as terras indígenas.” (2009; 8).

Expedições que partiam de áreas litorâneas brasileiras no “início do século XVII” de acordo com Grünberg (2004) organizavam de forma a se opor ao poder oficial. O

termo “bandeira” tem relação com sua organização tática semelhante a subdivisões de tropas regulares. Em relação a essas expedições Heloisa Pagliaro (2002) descreve:

“A partir do final do século XVII e durante todo o século XVIII, *bandeiras de apresamento e monções povoadoras* procedentes de São Paulo penetraram o sertão mato-grossense. As primeiras chegam por rotas terrestres e vão em busca de mão-de-obra indígena; as outras, vindas por vias fluviais, visam a exploração de riquezas minerais e a ocupação da região Oeste da Colônia. A penetração provoca deslocamentos espaciais das populações indígenas moradoras da região” (2002; 112).

Com a grande quantidade de expedições, minas de exploração aurífera foram criadas e com elas cidades se desenvolveram e se consolidaram. A incidência de contatos com indígenas e o colonizador, mais tarde, vai delinear o aparecimento dos primeiros relatos históricos sobre os Kaiabi. Pagliaro (2002) ressalta o resultado dessa movimentação no Oeste mato-grossense, provocada pela exploração mineradora e expansão territorial foi fator decisivo para a escravização, extermínio e deslocamento de milhares de índios de suas terras tradicionalmente ocupadas.

O século XIX marca o início da exploração comercial da rota Arinos/Jurema/Tapajós que tem como objetivo facilitar o comércio entre Cuiabá e Belém. (Rodrigues, 1994). Expedições compostas por soldados, interpretes, indígenas e outras pessoas buscavam conhecer rotas de navegação mais curtas e encontrar ouro, acabaram por entrar em contato com diversas etnias na região. Algumas mais receptivas ao contato como os Apiaká exerceram papel determinante à identificação das demais etnias que ali habitavam. Os Bakairi são mencionados pelo então Diretor Geral dos Índios da Província de Matto Grosso e por Karl von den Steinen como inimigos dos Kaiabi.

A referência que se tem nesse período sobre o povo Kaiabi refletia uma imagem de índios bravos e indóceis que habitavam a margem do Paranatinga (Alto do Teles Pires) e importunavam os Bakairi. Segundo Grünberg (2004) “o aldeamento e a civilização dos Bacahiris facilitaria a dos Cajabis”, essas fontes da presença Kaiabi na região, ainda pouco confiáveis, vão se legitimar com Karl von den Steinen, que entre 1884 e 1887 dirigiu as duas primeiras expedições alemãs no Xingu que determinariam toda uma era de pesquisas entre os índios brasileiros.

A expedição sob a direção de Karl von den Steinen traz as “primeiras evidências seguras sobre os Kaiabi” (Grünberg, 2004), ao entrar em contato com os Bakairi na região do Teles Pires, tem se notícia de duas mulheres Kaiabi que viviam entre os Bakairi desde seu aprisionamento quando crianças. Esse episódio relata os constantes conflitos entre as duas etnias, os Kaiabi que tinham monopólio de machados de pedra eram inimigos mortais dos Bakairi.

O tipo econômico característico dos afluentes do rio Tapajós era baseado na exploração de borracha, especialmente das seringueiras encontradas nas margens dos rios. Patrícia Rodrigues (1994) observa o mesmo momento no século XIX:

“A primeira frente de expansão nacional que iria penetrar no território Kayabi, com exceção dos bandeirantes à procura de minérios, no século XVIII, era formada por seringueiros, estimulados pelo ‘boom’ da borracha, no final do século passado. Os seringueiros começaram a subir o rio Tapajós, ao norte das terras Kayabi, por volta de 1850, num processo crescente e gradual que iria atingir não só as matas do alto Tapajós como também de seus formadores, a saber, o Teles Pires e o Jurema.” (1994; 43).

Esse momento de contatos e conflitos vai despertar em 1900 a necessidade de se instituir expedições pacificadoras, que de fato obtiveram pouco êxito ou nenhum. As primeiras décadas do século XX mostraram o total desinteresse dos governantes em preservar as áreas e populações indígenas, podemos então pensar a chamada “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas” sob direção de Cândido Mariano Rondon como estratégia inédita, humanista e protecionista em relação aos índios brasileiros. “A 8 de maio de 1915, os participantes da expedição encontraram, a mais ou menos 20 km acima da embocadura do rio Verde no Teles Pires, um barco de casca com quatro homens Kaiabi que subiam o rio.” (Grünberg, 2004; 56). O primeiro contato com os expedicionários se deu, neste momento, com muito receio, três dos quatro homens localizados aceitaram presentes como facões, machados e contas de vidro, ficando o quarto a uma distância segura.

As publicações da Comissão Rondon sobre geografia, etnografia, zoologia e botânica chamaram atenção para a necessidade de pensar a situação dos povos indígenas brasileiros, em 1910, sob a direção de Rondon, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os princípios eram reconhecer as etnias como povos

independentes, garantir seu território habitado e defender os índios contra agressores de fora.

A reativação de atividades econômicas de exploração da borracha expandiu as áreas de atividade e em 1953 se deu o primeiro contato pacífico com os Kaiabi que viviam nas cabeceiras do rio dos Peixes. É importante deixar claro que no período posterior a esse contato pacífico, segundo Grünberg (2004) um novo fator econômico entra em cena: A Companhia Colonizadora Noroeste Mato-Grossense Ltda. (Conomali) em 1955 inicia os trabalhos com a medição e derrubada da margem direita do médio Arinos. Esse fator foi também decisivo para migração de famílias vindas do Rio Grande do Sul, em geral de descendência alemã, eram típicas famílias agricultoras e introduziram na região plantações de seringais.

Alguns contatos foram inevitáveis com o percorrer da Comissão Rondon em território Kaiabi, em 1915 foram contatados no rio Verde em um barco de casca de árvore, quatro homens que fugiram assustados. Mais tarde alguns expedicionários mostraram alguns utensílios de ferro e vidro, que foram aceitos, com muito receio por três dos Kaiabi, enquanto o quarto homem se escondia com o arco e flecha. Segundo Grünberg:

“Em 1922, foi fundado um Posto com nome de Pedro Dantas, no rio Verde, destinado a pacificação dos Kaiabi. Dois anos depois, era totalmente destruído por ataque maciço dos Kaiabi, no qual dois funcionários morreram. Em meados de 1925, este posto foi novamente estabelecido, mais ao sul, na margem esquerda do Teles Pires, a cerca de 180 km acima da embocadura do rio Verde. Ali chegou, em 1926 o primeiro grupo Kaiabi. No início de 1927 mataram mais um empregado do Posto” (2004; 57).

Foi criada no ano de 1943 a Fundação Brasil Central (FBC) cujos objetivos eram colonizar planejadamente os cursos superiores do Araguaia, Xingu e Tapajós; surge assim, no mesmo ano, a marcha da Expedição Roncador-Xingu, que avançou em direção ao Teles Pires em 1949. Um campo de pouso provisório foi preparado na região com objetivo de auxiliar a expedição que mais tarde possibilitaria a “Operação Cayabí”, destinada a transferir o principal grupo Kaiabi do Rio dos Peixes para o Parque Nacional do Xingu.

Conforme Grünberg diversos fatores provocaram a migração dos Kaiabi da área do Alto Tapajós para o Alto Xingu:

“1. a forte pressão étnica no seu próprio habitat, exercida por seringueiros e que apenas se efetivou dada a falta - ou ao não funcionamento – das instituições de proteção aos índios; 2. a disposição cultural prévia dos Kaiabi de mudar-se para uma nova área; 3. a personalidade de Ipepuri do lado dos Kaiabi, que uniu a tribo como chefe carismático e, principalmente, a de Cláudio Villas Boas do lado brasileiro, que estabeleceu bases organizatórias para a migração da ordem jurídica e social nacional” (2004; 65).

A história do contato do povo Kaiabi se mostrou bastante conflituosa, em parte devido às políticas expansionistas que tem início com o Governo Vargas, com a valorização dos chamados “vazios territoriais”, e devido à inabilidade dos órgãos competentes em organizar e manter as populações indígenas longe de conflitos e de enfermidades. Mesmo que a instituição da *Missão em Diamantino*<sup>2</sup> levantasse inúmeras críticas, especialmente de etnólogos, a atuação do Padre Dornstauder teve significativa importância na aproximação aos Kaiabi.

A pouca ajuda à região do Alto Tapajós provém quase que exclusivamente da Missão de Diamantino, a figura do Padre João Dornstauder, missionário católico que chega a região na década de 1940, vai exercer papel definidor, sendo responsável “pelos primeiros contatos com os Kayabi do rio dos Peixes, na década de 50” (Rodrigues, 1994), região que diz respeito à Terra Indígena Batelão. O Padre João Evangelista (Hans) Dornstauder SJ permaneceu na região do Rio dos Peixes e Teles Pires durante cerca de duas décadas, sendo responsável por uma das maiores contribuições para a bibliografia do povo Kaiabi e por conduzir uma missão de assistência cujas atitudes devem ser considerar modelo no que se refere à colaboração com as missões protestantes, o SPI e com etnólogos.

---

<sup>2</sup> Segundo Grünberg (2004; 65) a Missão Anchieta entidade católica filiada “a prelazia de Diamantino abrange a maior parte do norte de Mato Grosso, uma área de mais de 350 mil km<sup>2</sup>, que inclui os cursos superiores dos rios Xingu, Teles Pires, Arinos e Jurema, estendendo-se até as povoações do Alto Paraguay, onde se encontra a região de maior densidade populacional relativa dentro da missão.” A figura do Padre João Evangelista (Hans) Dornstauder SJ, filiado a Missão Anchieta, aparece na história do povo Kaiabi após o ano de 1940 e terá grande relevância na transferência para o Parque Indígena do Xingu. “Com a transferência de 31 Kaiabi do Rio dos Peixes para o Parque Nacional do Xingu em outubro de 1966, realizada sem prévios entendimentos e contra a vontade da Prelazia, toda a ala conservadora de Temeoni e um terço dos Kaiabi do Posto Tatuí foram subtraídos à influência da Missão, de modo que os poucos índios restantes no Posto muito provavelmente serão transferidos para Utiariti, o que corresponde a seus anseios. Com este grupo, os últimos Kaiabi deixarão o seu habitat original” (2004; 73).

A idealização do Parque Nacional do Xingu como um “oásis” para povos em conflito com as frentes de expansão e a política de garantir o PNX como um espaço a ser ocupado por povos com problemas provenientes do contato, passou a liberar territórios indígenas e, especialmente, no caso do povo Kaiabi, para a instalação de empresas particulares em seu território tradicional. A exploração econômica na região mostrou como o destino das populações indígenas foi condicionado ao tipo econômico de expansão brasileira e no caso Kaiabi, a venda de suas terras pelo estado do Mato Grosso a particulares, desnuda como atuaram essas frentes de expansão sobre seus territórios.

A literatura sobre os Kaiabi está distribuída em épocas distintas, as primeiras notícias seguras sobre os Kaiabi datam de 1884 e 1887 com a realização das duas primeiras expedições alemãs no Xingu, Karl von den Steinen havia obtido entre os Bakairi do Alto Teles Pires fontes concretas sobre a existência dos índios Kaiabi, designados por Kayabi. Nesta ocasião Karl von den Steinen teve contato com duas mulheres Kaiabi que haviam sido feitas prisioneiras ainda crianças em razão das constantes batalhas por disputas de território entre os Kaiabi e Bakairi.

No ano de 1899 duas expedições de uma companhia de Cuiabá, foram enviadas a região, “a primeira alcançou o Paranatinga enquanto a segunda não ultrapassou a região do Arinos, sendo atacada pelos Kaiabi, que mataram os seringueiros e levaram suas cabeças degoladas para suas aldeias” (Grünberg, 2004; 47). A gama de pesquisas que se segue não teria tal riqueza se não tivessem tido contato com os diários do Padre João Dornstauder, figura imprescindível a sobrevivência desse grupo, viveu na região durante mais de duas décadas, entre 1940 e 1960, seu convívio com os Kaiabi, construiu fontes indispensáveis para o entendimento da história do povo Kaiabi.

O primeiro estudo histórico e antropológico sobre os Kaiabi do autor Georg Grünberg, intitulado *Os Kaiabi do Brasil Central – História e Etnografia*, tradução Eugênio G. Wenzel trata-se de uma etnografia geral desse povo, produzida na década de 1960 está entre os mais extensos levantamentos sobre a cultura Kaiabi que retrata a cultura material, organização social e por fim a cosmologia e mitologia do grupo.

No final da década de 1970, os trabalhos de Elizabeth Travassos com os Kaiabi do Xingu sobre xamanismo e música intitulado “A tradição guerreira nas narrativas e cantos Caiabis” publicado na década de 1990. Fruto da tese de doutoramento com sobre a inserção dos Kaiabi no cenário político e cultural do Parque Indígena do Xingu, Suzanne Oakdale publica em 2005 o livro “I foresse my life: the ritual performance of autobiography in na Amazonian community” sobre um ritual de cura xamanística do povo Kaiabi.

Heloisa Pagliaro, analisa a dinâmica demográfica dos índios Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, no período de 1970 a 1990; a autora Simone Ferreira de Athayde publicou pela University of Florida, “Weaving Power: Displacement, Indigenous Knowledge Systems and Territorial Control across three Kaiabi groups in the Brazilian Amazon”, que retrata os processos de exclusão territorial vividos pelos Kaiabi, fazendo inter-relações entre a população que habita o Xingu e a região do rio dos Peixes no Mato Grosso, retratando a situação de diáspora, adaptação territorial e aspectos da organização social e econômica da realidade Kaiabi.

Alguns trabalhos ajudaram a legitimar a alteridade Kaiabi e seu território dentro da sociedade nacional dentre eles destaque Patrícia Rodrigues autora da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kayabi (1994), a delimitação da Terra Indígena Batelão, conduzida pelo antropólogo Klinton Senra (2002) e o laudo de identificação da Terra Indígena Batelão da antropóloga Joana Aparecida Fernandes Silva (2009).

A delimitação da *Terra Indígena Batelão*<sup>3</sup> traz uma nova perspectiva a essa população, que não conseguiu manter esse núcleo mais importante e agora o desejo de volta à região em questão está amparado pela homologação da Terra Indígena Batelão como território tradicional Kaiabi. A respeito da relação de um povo com seu território, Silva ressalta que:

“Território indígena pode ser entendido como um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, um lugar onde divindades superiores criaram o mundo, onde descansam os antepassados, enfim, da realização de uma cultura e perpetuação de uma etnia. Os

---

<sup>3</sup> Processo 2004.36.00.009616-7 referente à TERRA INDÍGENA BATELÃO. (2009).

territórios são impregnados das histórias vividas pelos povos que os habitam e marcados pelas relações internas; mas as relações externas também podem ser determinantes na constituição de um território” (2006; 3).

O desejo de volta a terra ancestral por parte da parcela Kaiabi transferida há mais de quatro décadas atrás, vislumbra, com a delimitação da Terra Indígena Batelão, conduzida pelo antropólogo Klinton Senra (2002), uma reaproximação desse povo como seu território ancestral..

Diante do movimento do povo Kaiabi, em busca de sobreviver dentro da sociedade nacional que os deslocou de seu território, que segundo Haesbaert “é ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico” (2005; 6776), tomemos o território Kaiabi como espaço que os indivíduos produzem simbolização, constroem relações e conexões entre outros indivíduos, é um espaço de produção e reprodução da alteridade Kaiabi. Silva ressalta a importância da unidade territorial em relação:

“à apropriação de recursos naturais, muitas vezes também motivadora de guerras, não se resume à produção e consumo de alimentos, mas há uma gama de atividades que são realizadas por um povo tendo como objetivo sua sobrevivência e a reprodução da cultura: obtenção de material para a construção de casas, confecção de enfeites, colares, ferramentas para o trabalho, armas para caça e guerra, obtenção de ervas medicinais, além de, evidentemente, locais agricultáveis, campos de coleta de frutas e etc” (2006; 3).

O território tradicional segundo Hall “foi violado e esvaziado, para muitos a terra torna-se irreconhecível” (Hall, 2009; 27) para outros essa experiência diaspórica interrompeu elos naturais e espontâneos que antes existiam. A respeito da violação da terra Stuart Hall (2009) ressalta que:

“a terra não pode ser ‘sagrada’, pois foi ‘violada’ - não vazia, mais esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e adruptas” (2009; 30).

A experiência diaspórica, interpretada como um processo de re-assentamento, fragmentação e sedentarização, contato com outros povos indígenas e não-indígenas e com sistemas econômicos, imprimiu a essa população traumas que refletem as políticas de assistência ao indígena brasileiro, que não levaram em consideração as populações indígenas que habitavam a região. Ao longo de séculos, sua identidade étnica e sua unidade como povo vêm sendo insistentemente desafiadas pela realidade sócio-econômica da sociedade nacional, que, muitas vezes, exclui e oprime as populações indígenas.

A identidade étnica se afirma no confronto com outras identidades e as apreende num sistema de representações de conteúdo ideológico. As conseqüências do contato variam de acordo com os valores tribais e com o modo de inserção dos indígenas. Cardoso de Oliveira (2003; 120-131) aponta duas propriedades estruturais da identidade étnica: o caráter contrastivo e a manipulação em situações de ambigüidade e escolha. A identidade étnica é elaborada no contexto da “cultura de contato”. Essa “cultura” é entendida como “sistema de valores altamente dinâmico” que fornece a lógica das manipulações de identidade ou, de forma mais completa, um “sistema de representações” que um grupo étnico faz da situação de contato nos termos da qual identifica a si próprio e aos outros.

Stuart Hall se propõe a pensar a experiência diaspórica como parte do processo formador de uma identidade cultural, aproximando os dois conceitos:

“A cultura é uma produção. Depende de um conhecimento da tradição enquanto ‘o mesmo em mutação’ e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse desvio através de seus passados faz é nos capacitar, através da cultura a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos.” (HALL, 2009; 43).

Os Kaiabi que habitam rio dos Peixes e o Parque Nacional do Xingu compõem um sistema diaspórico com sua memória e identidade ligadas ao seu território tradicional, esse elo de pertencimento sustenta o desejo de permanência no Batelão. A antropóloga Joana A. Fernandes Silva (2009) explica melhor esse desejo:

“se atualmente não há nenhuma aldeia Kaiabi na área em litígio, esse fato deve-se à sua expulsão e não configura abandono; inclusive houve inúmeras tentativas de volta, a mais recente delas em 2006, conforme se pode verificar nos noticiários da época. Em nenhum momento os informantes

demonstraram desinteresse pela Terra Indígena Batelão, ao contrário, o fato dos ancestrais estarem enterrados nessa área os mantém permanentemente conectados com ela” (2009; 112).

A proposta de se pensar a contexto do povo Kaiabi do Xingu e do rio dos Peixes sob a ótica do conceito de desterritorialização, perpassa inicialmente por Gilles Deleuze e Félix Guattari, que ao definir a ciência nômade, como um constante “seguir um fluxo num campo de vetores no qual singularidades se distribuem como outros tantos acidentes” (DELEUZE, GUATTARI, 1997; 12), se aproxima da configuração social do povo Kaiabi. Nessa ciência, a desterritorialização implica uma reterritorialização, para esse autor a terra “é que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade encontra território”.

Podemos afirmar que, esses movimentos, ora abandonando, ora construindo podem nos servir para analisar a realidade Kaiabi do Xingu e do rio dos Peixes e nos fornece aparato conceitual para compreender as transformações desse povo dentro de um processo de conhecimento e reconhecimento de uma identidade étnica.

### **Referências Bibliográficas**

ATHAYDE, Simone Ferreira de. *Weaving Power: Displacement, Indigenous Knowledge Systems and Territorial Control across three Kaiabi groups in the Brazilian Amazon*. University of Florida, 2008. [Tese de Doutorado].

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever” In. Trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15. 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5; tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.

GRUNBERG, Georg. *Os Kaiabi do Brasil Central: História e Etnografia* / Georg Grünberg; posfácio Klinton V. Senra, Geraldo Mosimann da Silva, Simone Ferreira de Athayde; [tradução Eugênio G. Wenzel; tradução dos mitos João Dornstauder]. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. 1ª Edição Atualizada – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. *A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari*. Geographia, n.7. Niteroi: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2003.

SENRA, Klinton. Relatório de Identificação – Terra Indígena Batelão – Etnia Kayabi (FUNAI, Portarias PP 448 de 15/05/01 e 752 de 19/09/01).

PAGLIARO, Heloisa. *A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas no Brasil – A Experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu (MT), 1970-1999*. [Tese de Doutorado] – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo; 2002.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. *Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kayabi*. Ministério da Justiça – Fundação Nacional do Índio. Portaria n.1137/93 de setembro de 1994. Brasília.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. *Perícia sobre a Terra Indígena Batelão*. 5ª Vara de Justiça Federal de Mato Grosso. Processo 2004.36.00.009616-7, Goiânia setembro de 2009.

------. *Terras e Territórios indígenas: dilemas, avanços e dificuldades na demarcação e garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil atual*. Goiânia, GO. Setembro de 2006 [Manuscrito].